

Contas Nacionais Definitivas

2005

Em 2005, o PIB aumentou 0,9 em volume e 3,5% em valor

Em 2005, o PIB apresentou um crescimento nominal de 3,5%, fixando-se em cerca 149,1 mil milhões de euros. Em termos reais aumentou 0,9%, menos 0,6 pontos percentuais que em 2004. Este abrandamento reflectiu sobretudo o menor contributo da procura interna para o crescimento, em larga medida, determinado pela variação negativa da formação bruta de capital. Entre as componentes da procura interna, o consumo final das Administrações Públicas foi a que apresentou maior crescimento. Tanto as exportações como as importações registaram abrandamentos, mais intenso no caso das segundas.

O VAB registou uma variação nominal inferior à do PIB, cerca de 2,4%, e um crescimento real ligeiramente menor (0,8%). Os ramos de actividade ligados à agricultura, indústria e construção registaram variações negativas enquanto que os serviços apresentaram uma variação positiva.

A necessidade líquida de financiamento da economia agravou-se para 8,3% do PIB em 2005 (6,1% em 2004), registando-se um aumento das necessidades de financiamento das Sociedades Não Financeiras e das Administrações Públicas.

Neste destaque divulgam-se os principais resultados das Contas Nacionais Definitivas de 2005. Como é característico deste tipo de contas, os resultados obtidos baseiam-se em fontes de carácter mais sólido, completo e abrangente do que as subjacentes aos resultados preliminares anteriormente divulgados. Adicionalmente, a informação é apresentada com um maior grau de detalhe e é estruturada de forma a fornecer uma representação global e consistente da economia portuguesa em 2005. Associado a este destaque, disponibiliza-se um conjunto de 12 quadros, com informação retrospectiva a 1995, em formato Excel: quadro 1 - Produto Interno Bruto e componentes; quadro 2 - Conta de Bens e Serviços; quadro 3 - Contas Económicas Integradas; quadro 4 - Formação Bruta de Capital Fixo; quadro 5 - Consumo Final das Famílias; quadro 6 - Sequência de Contas não Financeiras dos Sectores Institucionais; quadros 7 e 8 - Quadro de Recursos e Empregos; quadro 9 - Conta de Produção, Exploração e Emprego; quadro 10 - Agregados por Ramo de Actividade; quadro 11 - Principais Agregados das Administrações Públicas; Quadro 12 - Despesa segundo a Classificação das Funções das Administrações Públicas.

No site do INE – www.ine.pt – é possível aceder a toda a informação para a série com início em 1995.

O Produto Interno Bruto (PIB) português foi de 149 123 milhões de euros em 2005

O Produto Interno Bruto (PIB) português cifrou-se em 149 123 milhões de euros em 2005, o que corresponde a um crescimento nominal anual de 3,5%, menos 0,5 pontos percentuais (p.p.) que o verificado em 2004. O abrandamento nominal verificado, teve origem no pior desempenho em volume, já que o deflator acelerou 0,1 p.p.. Esta aceleração, num contexto em que se verificou uma nova deterioração dos termos de troca, com os preços das exportações a crescerem menos 1,4 p.p. que os preços das importações, foi basicamente explicada pelo aumento da taxa de crescimento dos preços da procura interna. Este último aspecto esteve associado, em larga medida, ao impacto do aumento da taxa normal do IVA verificado em meados de 2005.

Em 2005 a variação real do PIB foi de 0,9%

Em 2005, o crescimento real da economia portuguesa situou-se em 0,9% (ver quadro 1), o que se traduz num abrandamento de 0,6 p.p. face ao observado em 2004. Este comportamento foi determinado essencialmente pela procura interna, cuja taxa de crescimento se reduziu de 2,5% para 1,5%, reflectindo sobretudo a variação negativa do investimento (-1,5% em 2005 face a um aumento de 2,5% do ano anterior).

A despesa de consumo final das famílias registou um crescimento de 1,9% abrandando em 0,6 p.p. relativamente a 2004.

Quadro 1. Produto Interno Bruto e componentes da despesa

Componentes da Despesa	2003	2004	2005	Variação em Valor			Variação em Volume			Variação do Preço		
				2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Despesa de consumo final	115 951	122 070	128 681	3,0	5,3	5,4	-0,1	2,5	2,3	3,2	2,7	3,1
- Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	87 822	92 323	96 707	2,9	5,1	4,7	-0,2	2,5	1,9	3,1	2,5	2,7
- Despesa de consumo final das APU's	28 129	29 747	31 974	3,6	5,8	7,5	0,2	2,6	3,2	3,5	3,1	4,1
Formação bruta de capital	31 715	33 319	33 649	-7,2	5,1	1,0	-8,3	2,5	-1,5	1,3	2,5	2,5
- Formação bruta de capital fixo	31 734	32 581	33 098	-6,2	2,7	1,6	-7,4	0,2	-0,9	1,3	2,4	2,5
- Variação de existências ¹	- 141	615	382	-	-	-	-0,2	0,5	-0,2	-	-	-
- Aquisição líquida de cessões de objectos de valor	122	123	170	-18,3	0,3	38,6	-19,7	-1,1	30,0	1,7	1,4	6,6
Exportações de bens e serviços	38 790	40 953	42 567	2,4	5,6	3,9	3,9	4,0	2,1	-1,4	1,5	1,8
- Exportação de bens (FOB)	30 101	31 343	32 541	3,2	4,1	3,8	5,8	2,9	1,9	-2,5	1,2	1,9
- Exportação de serviços	8 689	9 609	10 026	-0,2	10,6	4,3	-2,6	7,9	2,9	2,5	2,5	1,4
Importações de bens e serviços	47 874	52 213	55 774	-2,6	9,1	6,8	-0,9	6,7	3,5	-1,7	2,3	3,2
- Importação de bens (FOB)	41 342	45 087	47 941	-2,3	9,1	6,3	-0,2	6,7	3,2	-2,1	2,2	3,0
- Importações de serviços	6 532	7 126	7 833	-4,3	9,1	9,9	-5,2	6,1	5,3	1,0	2,8	4,3
Procura interna	147 666	155 389	162 330	0,7	5,2	4,5	-2,0	2,5	1,5	2,8	2,6	3,0
Procura externa líquida ¹	- 9 084	- 11 261	- 13 207	-	-	-	1,4	-1,2	-0,7	-	-	-
Produto Interno Bruto a preços de mercado	138 582	144 128	149 123	2,3	4,0	3,5	-0,8	1,5	0,9	3,2	2,4	2,5

Unidade: Milhões de euros e percentagens

¹ - Contributo para o crescimento do PIB

A despesa de consumo final das Administrações públicas foi a componente mais dinâmica da procura interna, tendo aumentado 3,2% em 2005 (2,6%, em 2004).

A procura externa líquida, apesar de continuar a contribuir negativamente para o desempenho económico nacional (-0,7 p.p.), teve um comportamento menos desfavorável do que no ano precedente (-1,2 p.p.), fruto da desaceleração do volume das exportações (de 4,0% em 2004 para 2,1% em 2005) ter sido bastante inferior à observada nas importações (6,7% e 3,5% nos mesmos anos).

Note-se ainda que as exportações de serviços abrandaram em termos nominais (de 10,6% em 2004 para 4,3% em 2005) e reais (de 7,9% para 2,9%). As importações de serviços, embora acelerando ligeiramente em valor (de 9,1% para 9,9%), apresentaram em 2005 uma taxa de variação em volume (5,3%) mais baixa em 0,8 p.p. que a do ano anterior.

O VAB teve um crescimento real de 0,8% em 2005

O VAB teve um crescimento real de 0,8% em 2005 (ver quadro 2), desacelerando 0,9 p.p. face ao ano precedente. Enquanto as actividades de serviços apresentaram taxas de variação real positivas, na agricultura e pesca, indústria e energia e construção, observaram-se variações negativas. O sector primário, com uma redução de 5,6%, depois de ter crescido 5,9% em 2004, apresentou o comportamento mais desfavorável. Na indústria e energia também se verificou uma contracção no VAB em termos reais, com uma diminuição de 1,3% (tinha aumentado 0,7% no ano anterior). O VAB da construção diminuiu 3,1% em volume (-0,3%, um ano antes).

Quadro 2. Valor Acrescentado Bruto por ramo de actividade

	2003	2004	2005	Variação em Valor			Variação em Volume			Variação do Preço		
				2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Valor Acrescentado Bruto a preços base	120 465	125 310	128 363	2,3	4,0	2,4	-0,5	1,7	0,8	2,8	2,3	1,7
Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 910	3 971	3 642	0	1,6	-8,3	-2,2	5,9	-5,6	2,3	-4,1	-2,8
Indústria e Energia	22 607	22 954	22 695	0	1,5	-1,1	0,2	0,7	-1,3	-0,2	0,9	0,2
Construção	8 500	8 861	8 795	-5	4,3	-0,7	-8,7	-0,3	-3,1	4,1	4,6	2,4
Comércio; Reparação Automóvel; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações	29 221	30 810	31 243	1,5	5,4	1,4	-1,4	3,5	1,1	2,9	1,9	0,3
Actividades Financeiras, Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	25 363	26 248	27 555	5,3	3,5	5,0	2,2	1,4	2,8	3	2,1	2,1
Outras Actividades de Serviços	30 866	32 466	34 433	4,9	5,2	6,1	0,4	0,9	2,1	4,5	4,2	3,9
Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos	18 117	18 818	20 761	2,5	3,9	10,3	-3	0,4	1,9	5,6	3,4	8,2
Produto Interno Bruto a preços de mercado	138 582	144 128	149 123	2,3	4,0	3,5	-0,8	1,5	0,9	2,4	2,4	2,5

Unidade: Milhões de euros e percentagem

Pela positiva destacaram-se as actividades financeiras, imobiliárias e de serviços prestados às empresas, com um crescimento de 2,8%, o dobro do verificado em 2004. Embora tendo crescido 1,1%, o sector do comércio,

reparação, alojamento e restauração e transportes e comunicações, apresentou menor dinamismo que no ano anterior, desacelerando 2,4 p.p..

Destaque-se ainda o modesto crescimento nominal do VAB da economia (2,4%), 1,1 p.p. inferior ao crescimento nominal do PIB. A diferença resulta essencialmente do significativamente menor deflator associado (1,7%). O diferencial está associado ao acentuado crescimento dos impostos líquidos de subsídios, que se cifrou em 10,3%, com as receitas de IVA a aumentarem 12,4%, reflectindo quer o já mencionado agravamento da taxa normal de IVA (de 19% para 21%) a partir de 1 de Julho quer ganhos significativos de eficiência fiscal. É igualmente de referir, que o deflator do VAB em 2005 foi o menor observado na presente série de Contas Nacionais (iniciada em 1995). O seu baixo valor indicia que, num contexto de forte abrandamento da procura interna e de aumento da taxa normal do IVA, não foi possível reflectir nos preços de venda o acréscimo dos preços das matérias primas, nomeadamente de produtos petrolíferos e seus derivados, observado em 2005.

Emprego cai 0,3% e produtividade aumenta 1,1%

O emprego interno, na óptica das Contas Nacionais¹, contraiu-se 0,3% (-0,1% em 2004), como se pode observar no quadro 3. A produtividade avaliada pelo quociente entre o VAB e o emprego, aumentou 1,1%, menos 0,7 p.p. do que no ano anterior.

Quadro 3. Emprego, Produtividade e Salários

		2003	2004	2005	Taxas de variação, %		
					2003	2004	2005
VAB	(preços correntes)	120 465	125 310	128 363	2,3	4,0	2,4
	(preços de n-1) ¹	117 191	122 488	126 257	-0,5	1,7	0,8
Emprego (10 ³)	Volume	4 930	4 922	4 906	-1,1	-0,1	-0,3
	Indivíduos	5 121	5 117	5 100	-0,6	-0,1	-0,3
Emprego Remunerado (10 ³)	Volume	3 981	4 007	4 019	-1,2	0,6	0,3
	Indivíduos	4 086	4 117	4 128	-0,9	0,8	0,3
Remunerações		69 451	71 811	75 358	2,6	3,4	4,9
Ordenados e salários		55 081	56 827	58 751	2,2	3,2	3,4
Impostos líquidos de subsídios à produção		- 479	- 1 039	- 1 263	-30,9	116,9	21,5
Excedente/Rendimento misto bruto		51 494	54 538	54 267	1,4	5,9	-0,5
Remuneração média (€/mês)		1 246	1 280	1 339	3,8	2,7	4,6
Ordenados e salários médios (€/mês)		988	1 013	1 044	3,4	2,5	3,1
Produtividade do trabalho					0,6	1,8	1,1

Unidades: Milhões de euros; Valores a preços correntes; Volume de emprego = Emprego em Equivalente a Tempo Completo (ETC)

¹ - Taxa de variação do volume (valor de n a preços de n-1 / valor de n-1)

¹ O volume de emprego é medido em unidades equivalentes a tempo completo.
 Contas Nacionais Anuais Definitivas – 2005 (base 2000)

As remunerações cresceram, em termos nominais, 4,9% em 2005, o que correspondeu a uma aceleração significativa face aos 3,4% verificados no ano anterior. Todavia, este desempenho deveu-se sobretudo ao grande reforço das contribuições para fundos de pensões, que cresceram 50,7%, tendo os ordenados e salários verificado um acréscimo mais moderado (3,4% em 2005 e 3,2% em 2004). Ainda assim, a sua variação por unidade de trabalho (ordenados e salários médios) foi de 3,1%, mais 0,6 p.p. do que em 2004.

Em resultado do crescimento moderado do VAB e do aumento mais elevado das remunerações, o excedente bruto/rendimento misto contraiu-se 0,5%, em 2005, contrastando com o forte aumento do ano anterior, quando se tinha expandido em 5,9%.

Rendimento Nacional Bruto aumentou 3,1%

A comparação entre o produto interno bruto e o rendimento nacional da economia portuguesa evidencia o contributo desfavorável, para o nosso país, do saldo dos rendimentos primários com o exterior. Apesar de se assistir a uma evolução crescente dos fluxos de rendimentos primários com o exterior, verifica-se que, tanto em montante como em variação, têm mais expressão os fluxos no sentido da saída do que os de entrada. Esta convergência reflecte-se na evolução do rendimento nacional bruto cuja taxa de variação nominal, no período em análise, passa de 3,8 para 3,1 p.p. (ver quadro 4).

Quadro 4. Necessidade líquida de financiamento da economia portuguesa

Principais Agregados da Economia	2003	2004	2005	Taxas de variação nominal		
				2003	2004	2005
Produto Interno Bruto	138 582	144 128	149 123	2,3	4,0	3,5
Rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo	6 743	7 499	8 732	11,4	11,2	16,4
Rendimentos primários pagos ao Resto do Mundo	8 600	9 774	11 632	-2,9	13,7	19,0
Rendimento Nacional bruto	136 725	141 853	146 223	3,1	3,8	3,1
Transferências correntes recebidas do Resto do Mundo	4 331	4 811	4 603	-11,6	11,1	-4,3
Transferências correntes pagas ao Resto do Mundo	2 310	2 583	3 121	-1,6	11,8	20,8
Rendimento Nacional disponível bruto	138 745	144 080	147 706	2,6	3,8	2,5
Despesa de consumo final	115 951	122 070	128 681	3,0	5,3	5,4
Poupança bruta	22 795	22 011	19 025	0,6	-3,4	-13,6
Transferências de capital recebidas do Resto do Mundo	3 433	2 716	2 404	29,2	-20,9	-11,5
pagas ao Resto do Mundo	169	187	162	-15,3	10,7	-13,4
Formação bruta de capital	31 715	33 319	33 649	-7,2	5,1	1,0
Aquisições líquidas de cessões de activos não-financeiros não produzidos	13	38	49	560,0	190,2	26,6
Capacidade / Necessidade líquida de financiamento	-5 644	-8 741	-12 335	-37,6	54,9	41,1
<i>Por memória:</i> Capacidade / Necessidade líquida de financiamento em % do PIB	-4,1	-6,1	-8,3			

Unidades: Milhões de euros e percentagem

A Necessidade Líquida de Financiamento da Economia agravou-se para 8,3% do PIB em 2005

O nível do rendimento nacional inferior ao do PIB é em parte compensado pelas transferências correntes com o Resto do Mundo, onde os fluxos de entrada são superiores aos de saída, devido às transferências correntes que Portugal recebe da União Europeia e às transferências privadas, em que o fluxo das remessas de emigrantes é superior ao fluxo de remessas de imigrantes. Verifica-se, contudo, que as transferências correntes para o Resto do Mundo mantiveram um crescimento muito elevado, ao passo que as provenientes do Resto do Mundo registaram uma diminuição. Em consequência, o rendimento nacional disponível bruto cresceu a uma taxa (2,5%) ainda inferior à do rendimento nacional. Como a despesa de consumo final aumentou globalmente 5,4%, a poupança bruta contraiu-se 13,6%, mais 10,2 p.p. que no ano anterior. Esta evolução negativa, associada à redução verificada nas transferências de capital, agravou as necessidades de financiamento externo da economia

portuguesa, não obstante o abrandamento da formação bruta de capital. Assim, a necessidade líquida de financiamento face ao exterior, aumentou substancialmente, passando de 6,1% em 2004 para 8,3% do PIB em 2005.

O agravamento da necessidade de financiamento da economia esteve associado sobretudo a uma deterioração dos saldos das Sociedades Não Financeiras (ver quadro 5) e das Administrações Públicas. No caso das Sociedades Não Financeiras esta evolução reflecte sobretudo o abrandamento da actividade em 2005 e, como já referido, a evolução negativa do excedente bruto de exploração. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas ultrapassou os 6% do PIB em 2005. O agravamento em 2005 relativamente aos dois anos anteriores, evidencia em grande medida o não recurso a medidas extraordinárias na captação de receitas.

Quadro 5. Capacidade/Necessidade líquida de financiamento por sector institucional

Agregados por Sector Institucional	S11 Sociedades Não Financeiras		S12 Sociedades Financeiras		S13 Administrações Públicas		S14+S15 Famílias + ISFLSF	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Poupança bruta	11 696	9 884	3 864	4 072	-3 499	-4 775	9 951	9 844
Formação bruta de capital	18 279	19 221	1 624	1 037	4 532	4 380	8 884	9 012
Capacidade / Necessidade líquida de financiamento	-6 455	-8 758	-1 509	681	-4 876	-9 023	4 099	4 766
<i>Por memória:</i> Capacidade / Necessidade líquida de financiamento em % do PIB	-4,5	-5,9	-1,0	0,5	-3,4	-6,1	2,8	3,2

Unidades: Milhões de euros e percentagem

Os resultados definitivos revêm em alta ligeira a última estimativa disponível²

Os resultados obtidos pelas Contas Anuais Definitivas sobre o desempenho da economia portuguesa para 2005 conduziram a uma revisão em alta ligeira da anterior taxa de variação real e nominal do PIB, de 0,2 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente.

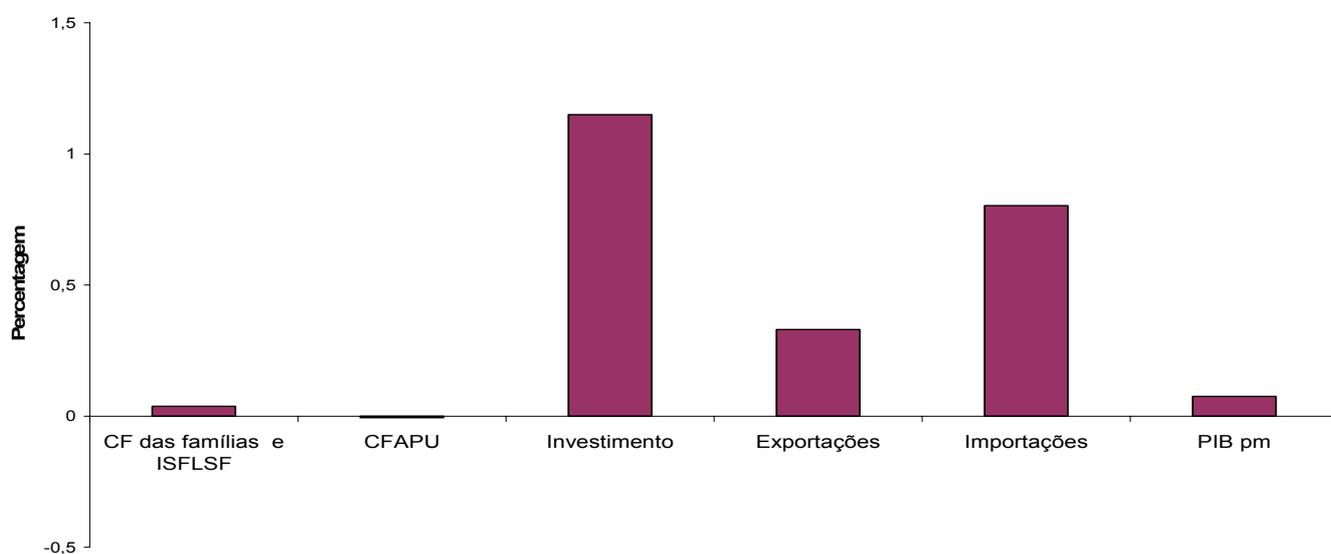
Por seu lado, também o deflador, que se situa agora em 2,5%, é apenas 0,1 p.p. inferior à anterior estimativa de 2,6%.

Como se pode observar no gráfico seguinte, na procura interna, apenas o investimento foi sujeito a uma revisão significativa que se ficou a dever essencialmente à componente da formação bruta de capital fixo. Um dos

factores que contribuiu para esta revisão foi a apropriação da informação sobre o Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Outra informação adicional incorporada diz respeito a implementação de diversos projectos energéticos, nomeadamente os chamados parques eólicos. Finalmente, é ainda de destacar o impacto na FBCF das revisões da informação sobre importações.

Efectivamente, tanto as exportações como as importações de Bens e Serviços foram alvo de revisão significativa, particularmente mais acentuada no caso das importações

Revisão do nível do PIB



² Baseada na agregação anual das últimas contas trimestrais disponíveis. Estas últimas, conforme referido nas notas metodológicas do respectivo destaque, reviram já os valores preliminares para 2005, nomeadamente ao nível da despesa de consumo final das Administrações Públicas e da variação de existências.